

ASCONotícias

ANO 1, EDIÇÃO 4 | NOVEMBRO - DEZEMBRO DE 2017

ascon@ascon.org.br

Limitações dos Modismos Gerenciais nos Processos de Mudança Organizacional



Exorcizando a Petrobrax: pelo uso da Petrobras como instrumento de política pública
pg. 5



Sobre os encaminhamentos acerca da criação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia
pg. 7

EDITORIAL

A C&T no Brasil está em frangalhos. Em maio de 2017 o seu orçamento sofreu um contingenciamento de 44%, sobre um orçamento que já era o menor de uma série histórica de mais de uma década. Uma ilustração inequívoca desse quadro é o fato de que os recursos do CNPq previstos para o ano de 2017 acabaram em agosto e tiveram de ser reforçados à medida que recursos ocasionalmente foram surgindo, mês a mês, sem qualquer previsibilidade de sucesso. O principal órgão de fomento à C&T apresentou sintomas de esquizofrenia no ano que ora se encerra, pois seu Presidente reiteradamente buscou a imprensa para denunciar os cortes de recursos, ao mesmo tempo em que, para os pesquisadores, mantinha o discurso de que não havia motivos para preocupação. Para piorar, a LOA 2018 prevê adicional redução do orçamento de C&T em 25%.

No dia 21 de novembro passado, semana de julgamento das Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Bolsas Especiais, o Presidente do CNPq Mario Neto Borges reuniu-se com os membros dos Comitês de Assessoramento (CAs) então reunidos na Casa. Na ocasião, o Presidente anunciou a nova estratégia – que seria de iniciativa da CAPES – de financiamento privado das ações de política de fomento à C&T. A nova modalidade de financiamento, anunciada pelo dirigente como a panaceia para a situação de penúria vivenciada pelos principais órgãos do SNCT (os recursos daí advindos seriam capazes inclusive de superar mesmo o nível de investimento histórico de 2013, segundo o Presidente), prevê o desvio dos recursos que as concessionárias de serviços públicos investem compulsoriamente em P&D – por determinação das Agências Reguladoras – para o financiamento das ações tradicionais dos referidos órgãos, que graças ao contingenciamento reiterado de seus recursos orçamentários há vários anos – mas com agravamento a partir de 2017 e com expectativa de piora com a EC 95/2017 –, já inviabilizou as políticas públicas de C&T. Ocorre que tal manobra, entre outras consequências, desmantelará uma linha inovadora de investimento em P&D em vigor (que prevê a parceria das concessionárias com empresas privadas em suas

pesquisas) a troco de simplesmente financiar as tradicionais ações ofertistas lineares. Ainda que tais recursos sejam suficientes para complementar o combalido orçamento público federal de C&T, não há garantias de que se trate de aporte duradouro, pois bastará o próximo novo modismo para que a estrutura de financiamento seja alterada ou, aberto o precedente, o fomento à C&T passe a ser exclusivamente privado no Brasil – fenômeno inexistente em qualquer país que se sirva da C&T como motor do próprio desenvolvimento econômico.

O movimento pendular de fortalecimento e esvaziamento das ações de C&T reflete a perspectiva do realismo político em vigor a cada etapa da história, e no atual momento de reação conservadora vivenciado pelo Brasil, a ordem do dia é devolver o país ao seu papel tradicional de mercado consumidor de produtos e serviços provenientes do centro da economia mundial. Os políticos ora à frente do governo, assim como seus financiadores, sabem que, tal como a educação pode ser instrumento de emancipação política e intelectual de um povo, se levada a cabo deliberadamente com esse intuito, também as políticas públicas de C&T, devidamente direcionadas, são a principal ferramenta de desenvolvimento nacional e protagonismo internacional: basta mencionar o fato de que o Estado foi o grande financiador de todas as revoluções tecnológicas do século XX. Esse é o contexto do atual estrangulamento dos atores públicos do SNCT brasileiro, não havendo espaço para autoilusões ou tergiversações. O CNPq não conseguiu fechar o ano de 2017 com recursos próprios e, segundo o próprio Presidente Mario Neto informou na mencionada reunião com os CAs, a parte que lhe caberá da LOA “não dará para nada”.

Essa é a Ponte para o Futuro: assim como os trabalhadores horistas da (Contra) Reforma Trabalhista não terão segurança sobre se disporão de renda garantida ao longo do ano para a própria subsistência, também os órgãos do SNCT (e o público por ele atendido), a despeito do que seus dirigentes digam em público, não poderão assegurar o cumprimento de suas missões institucionais.

EXPEDIENTE

Jornalista responsável e Diretor de arte: Fábio Lucas Vieira - Registro profissional: 7956/DF | Jornalismo: Adriana Carvalho | Comitê Editorial: Ricardo Guanabara Leal, Michael Morgantti, Alexandre Correia, Marconi Albuquerque, Roberto Muniz, Andrea Dias e Raphael Dorsa. Artigos assinados e colunas são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal. Contato: ascon@cnpq.br | telefones: 61 3211-9338 / 61 3211-9337 Periodicidade: mensal | Tiragem: 1.500 exemplares

DIREITO DIRETO

REFORMA TRABALHISTA. VITÓRIA OU DERROTA QUANTO A CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS?

Expedito Barbosa Jr., BJMR Advogados

Tema de alta indagação no mundo jurídico, a Reforma Trabalhista no Brasil de 2017 foi palco de uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentada pela Lei nº 13.467 de 2017 e pela Medida Provisória 808/2016. Segundo o governo, o objetivo da reforma é combater o desemprego e a crise econômica no país. Como de conhecimento de todos os brasileiros, o projeto de lei foi apresentado pelo Presidente da República, na data de 23 de dezembro de 2016, vindo a ser aprovado no dia 26 de abril de 2017. Após os trâmites legais normativos, o mencionado projeto se converteu em Lei sob o número 13.467/2017, vindo a ter como vigência a data de 11 de novembro do corrente ano. No entanto, o que deveria ser motivo de alegria, passou a ser objeto de desconforto por grande parte dos órgãos sindicais pátrios, aí incluída a Central Única dos Trabalhadores, além de órgãos importantes como o Ministério Público do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outros. Aos contrários quanto à reforma, tem-se o jargão de que o objetivo principal da mudança fora o enfraquecimento do Poder Judiciário Trabalhista, vez que se lhe retirou o poder-dever de verificar as condições acidentais anulatórias das

normas coletivas, bem como se criou um quórum diferenciado e número mínimo de sessões para criação de Súmulas. No mesmo passo, permitiu a submissão de questões de direito individual ao Juízo Arbitral. Importante se por em destaque que, desde a origem da proteção trabalhista normatizada, os fatos sempre impulsionaram a legislação para atender situações novas ou para acomodação de interesses de acordo com o trabalho a ser prestado. De se por em destaque, ainda, que o tema de fundo da reforma utilizado por seus defensores foi justamente a flexibilização dos direitos, permitindo-se aos envolvidos no contrato de trabalho que busquem uma melhor opção e saída ao livre desenvolver do pacto laboral. Aos defensores da mudança, informa-se que a Lei 13.467/2017 manteve os três pilares da proteção das garantias mínimas nas relações de trabalho, com algumas considerações que levam às garantias contratuais a possibilidade de se transformarem e, por conseguinte, de sofrerem alterações, cabendo ao intérprete a busca da separação entre o contrato e a garantia da lei em sentido estrito. Assim, a regra do artigo 8º da CLT recebeu parágrafos essenciais para a alteração na interpretação prevista no caput: (i) restringe o direito comum como fonte subsi-

diária do direito do trabalho, excluindo a incompatibilidade com os seus princípios fundamentais; (ii) fixa parâmetros para a jurisprudência do TST e TRTs; e, (iii) impõe a observância do disposto pelo artigo 104 do Código Civil, privilegiando a autonomia da vontade coletiva. No artigo 444, a Lei da Reforma manteve o caput e esclarece a capacidade de negociação individual com eficácia plena nas hipóteses previstas no art. 611-A, para os empregados portadores de diploma de nível superior e que percebam salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Abandona-se desta forma o critério generalizado da hipossuficiência trabalhista. A essência desta disposição não pode ser a eliminação de direitos garantidos, mas de permitir a flexibilização e adequação das condições contratuais segundo os interesses das partes contratantes. No âmbito coletivo a Lei 13.467/2017 trouxe nova redação ao artigo 620, dispondo que “as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho”. Trata-se de um avanço para que as negociações nos locais de trabalho sejam incentivadas e adaptadas aos interesses no ambiente de trabalho

com a garantia de que não se aplicará o critério da condição mais benéfica quando o assunto se referir à norma coletiva, porquanto haverá motivos para que seja observada a teoria do conglobamento e sua aplicação será incontestada. A reforma trabalhista ainda introduz importante mudança no Capítulo III (Da Alteração) do artigo 468 da CLT, inserindo o parágrafo segundo para afirmar, de modo a contrariar a jurisprudência da Súmula 372 do TST (“I – percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira”), que gratificações pagas a empregados, independentemente do tempo em que dela tenha se beneficiado o trabalhador, não se incorporarão mais aos contratos de trabalho. Vários outros temas foram objeto de modificação pela CLT, e é bem verdade que apenas o tempo poderá nos informar se o intento dos legisladores fora alcançado. Porém, uma coisa já se sabe, ou seja, a população, como um todo, se encontra absolutamente temerosa com a flexibilização de direitos que, como sabido, foram objeto de árduas batalhas e discussões para sua obtenção. Fiquemos atentos.

Calcanhar de Aquiles

tenho um calcanhar de aquiles nas costas que inflama cada vez que me distancio de mim acumulados desencontros vem dar nessa encruzilhada

intrincada máquina humana onde o cabeamento elétrico está sujeito às energias mais indizíveis dos seres movidos por amor seja: as mais loucas oscilações e onde não é possível (ainda) pedir a reposição de fios partidos

bicho que quis virar máquina e recalçou os seus instintos mal e porcamente pra debaixo do tapete no chamado processo civilizatório

mas que ficou contraditório

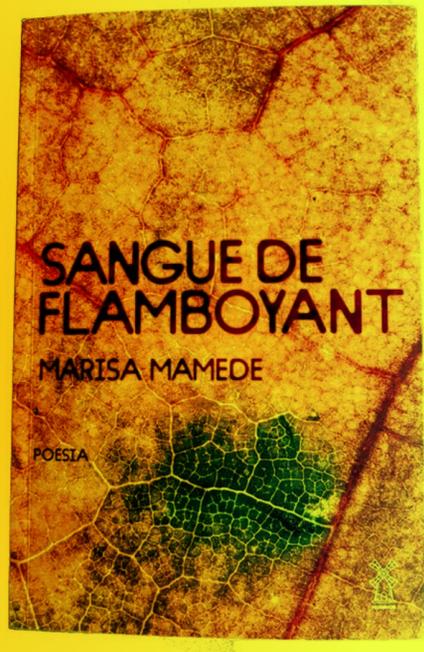
querer ser engrenagem polida em um sistema social altamente complexo e artificial

e permanecer bicho guiado por rudes instintos

criaram-se cidades para servir de cativoiro a esses seres contraditórios e atendimentos de emergência para onde se vai em ambulâncias o bicho continua a proliferar cresce e se multiplica pra fazer dos seus filhotes pequenas engrenagens em treinamento para a futura alimentação do sistema social

reproduzindo em escala individual o processo civilizatório que o ser humano em sua evolução percorreu

insistimos afinal por instinto em um mundo guiado pela lógica tateando a cada dia o amanhecer do outro



MULHER E CIÊNCIA

Gênero e Assimetria Racial na C&T

Betina Stefanello Lima, Maria Lúcia de Santana Braga e Bruna Sirtori, analistas em C&T do CNPq

Os balanços sobre a produção científica na área de gênero e ciências no Brasil enfatizam, em geral, que as análises estão centradas nas assimetrias de homens e mulheres nas carreiras e que há uma lacuna de estudos que tratam das questões raciais e étnicas.

Uma das justificativas utilizadas para a ausência de abordagem racial e étnica nos estudos sobre gênero nas ciências era a dificuldade em acessar os dados e as informações sobre este quesito no sistema científico e tecnológico. Em 2013, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) incluiu o item *cor/raça*, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Currículo Lattes frente à demanda crescente por estes dados.

Na análise geral das bolsas concedidas no Brasil, no ano de 2015, 58%, em suas distintas modalidades, são concedidas aos brancos/as. Aproximadamente, 26% se declaram negros/as; deste, o percentual de declarados pretos/as é de 5%. O percentual de indígenas é muito pequeno e não atinge 1%. Ainda é signifi-



cativo o número de currículos sem informação de raça e cor – 11%, o que aponta, mais uma vez, para a necessidade de ampliação do debate sobre as questões étnico-raciais nas ciências.

No exterior, a assimetria racial é ain-

diferencial na carreira, pois, além de agentes na aquisição de novos saberes, permitem a formação de uma rede internacional de contatos, facilitando o acesso e a publicação em revistas internacionais.

A participação de pardos e pardas, bem como de pretos e pretas, nas áreas do conhecimento segue o padrão da participação histórica dos sexos, qual seja: os homens são maioria nas áreas tecnológicas e das ciências exatas e agrícolas, e as mulheres nas áreas humanas, biológicas e da saúde.

As modalidades de Iniciação Científica (IC) e Produtividade em Pesquisa (PQ) representam as duas pontas da carreira científica: o início e o topo. Os dados evidenciam a pouca representação dos negros, mas principalmente das mulheres negras nas bolsas PQ. Mas também evidenciam que na IC há um crescimento das mulheres negras em áreas tradicionalmente masculinas. Provavelmente, é resultado de políticas explícitas de inclusão de mulheres e de cotas para negros adotadas nas últimas décadas no Brasil.

CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: DESAFIOS DIANTE DA ATUAL REALIDADE POLÍTICA

Silvio dos Santos Salles, Analista em C&T e Vice-Presidente da Associação dos Servidores da CAPES - ASCAPES

O Brasil hoje trilha um caminho obscuro, cujo destino preocupa aqueles que querem ver o país crescer. Um dos requisitos para o bom desenvolvimento de uma nação é a educação de sua população, como diversos modelos asiáticos e europeus têm comprovado nas últimas décadas. Porém, a política atual do governo interino de Temer parece nos deslocar para trás, em um movimento bizarro que se soma a outras medidas questionáveis, como a censura ao artigo científico da INEP, a imposição da reforma da Previdência (que onera o contribuinte com medidas tacanhas e defende o interesse dos grandes devedores), e outras mais que ainda estão por vir, como a reforma salarial prometida ainda para esse ano.

A Ciência, Tecnologia e Inovação andam de mãos dadas com a Educação. Assim, deixar de investir em órgãos de C&T afeta, direta e indiretamente, o crescimento da Educação no país. O governo federal vinha investindo paulatinamente no Ensino Superior nas últimas décadas. O pensamento por trás desse investimento era de capacitar futuros professores e pesquisadores em áreas estrategicamente interessantes para o crescimento nacional. Na CAPES, foram criadas estruturas e políticas para melhoria da qualidade dos docentes por todo o país, presencialmente ou a distância, e para estimular os estudantes de nível superior a atuar na Educação Básica, assim aperfeiçoando o sistema educacional a partir do seu alicerce.

Porém, os últimos anos viram uma queda vertiginosa nos investimentos nesses e em outros setores vitais para o desenvolvimento da Educação. A CAPES teve uma queda de investimento na ordem de um bilhão por ano de 2015 a 2017. É certo que a forma de aplicação desses recursos deve ser avaliada, questionada e aprimorada, mas não faz sentido retroceder e cessar tais investimentos usando como escusa os percalços esperáveis para um investimento um tanto recente de vulto sobremaneira considerável.

A Ciência, Tecnologia e Inovação, por outro lado, também mal conseguem se sustentar, com os cortes de gastos ditos “necessários” mediante a crise (na ordem de 25%, na previsão para 2018), lanhos que apenas atingem as carreiras daqueles que trabalham para o engrandecimento da nação. Concomitantemente, o governo faz ques-

tão de manchar a imagem do servidor público, promovendo através do poder midiático uma campanha de rejeição a tais trabalhadores.

O mesmo poderio também tenta promover, à força, a aceitação de outra medida que afeta negativamente o nosso sistema educacional: a reforma do Ensino Médio. As justificativas para a tal reforma seriam risíveis, se as consequências para a formação da nossa infância e juventude e para o país não fossem tão nefastas. O novo modelo foi criado por mecanismo inapropriado (medida provisória), e utiliza como base as experiências de países com realidades educacionais e sociais absolutamente distintas do nosso, e de padrões duvidosos: muitos há que acham cômico o desconhecimento de geopolítica de cidadãos norte-americanos em vídeos na internet, como poderíamos abraçar hoje esse mesmo – limitado – sistema? O sucesso econômico do país não necessariamente significa que seu arquétipo educacional é o melhor: podemos crescer no nosso sem retroceder nos pontos onde o nosso modelo é superior.

O triste fato é: Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação pedem socorro. Andamos sob tenebrosas nuvens, e se algo não mudar nesse ou no governo vindouro, corremos o risco de sofrer danos que, se não irreparáveis, levarão um bom tempo para serem reparados.



Limitações dos Modismos Gerenciais nos Processos de Mudança Organizacional

Marconi Albuquerque, Analista em C&T do CNPq

“Para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada”.
H. L. Mencken

Modismos gerenciais são ideias desenvolvidas de modo vago e em áreas indefinidas previamente, cujos usuários são inicialmente entusiastas das mesmas, embora possam rapidamente perder o interesse se tais ideias não se mostrarem tão promissoras quanto visualizadas inicialmente.

Ao se perceber a onda de modismos propostos atualmente no CNPq, como a adoção irrefletida de novos arranjos organizacionais e a transposição de best practices identificadas em visitas técnicas a instituições congêneres – ambos dissociados dos esforços de planejamento – buscou-se aqui expor algumas limitações dos modismos como propostas plenas de mudança organizacional. O discurso em torno dessas ideias revela uma atitude positivista de aplicação ir-restrita e normatização velada das mesmas, e está baseado em sucessos aparentes amparados em evidências informais (e.g. relatos ou testemunhos) que não fornecem prova.

Pressupostos presentes na literatura indicam que a adoção de modismos: i) envolve a promessa romântica de que uma nova forma organizacional pode ser obtida; ii) é consequência direta de egos e medos de dirigentes; iii) falha em proporcionar ganhos sustentados de desempenho; iv) traz consigo uma ideia de determinismo, livre de valores e indiscutível, aplicável em qualquer lugar; v) é reducionista, pois simplifica questões complexas (e.g. os elementos institucionais envolvidos e as relações de poder), reduzindo-as a uma racionalidade técnico-administrativa; e vi) embute a visão ortodoxa de que best practices podem ser diretamente transplantadas.



As organizações são complexas e têm conformação e processos (estruturas) definidos pela estratégia organizacional por elas adotada. As peculiaridades das organizações e de seu ambiente de atuação contribuem para a definição de seus modelos de gestão.

A subjetividade envolvida na identificação de best practices precisa ser considerada. Parte do desafio de identificar práticas de gestão em que há intenção de absorvê-las é que elas não são amplamente visíveis. O que se costuma ver divulgado são apenas registros dessas práticas. As organizações devem desenvolver uma visão contingente, que conecte a conveniência de soluções a seu contexto. Práticas devem evoluir mediante aprendizagem e não pela visão impositiva de consultores ou outros atores no processo de difusão.

Segundo essa perspectiva contextual, o conhecimento é incorporado na prática e, assim, intrinsecamente social. Desse modo, a transferência direta de conhecimento não é possível, porque o conhecimento é socialmente construído e inerentemente difícil de ser transferido. Logo, transferir best practices de uma situação para outra, em que os indivíduos envolvidos possuem conhecimentos variados e estão engajados em diferentes atividades, não será algo trivial e diretamente efetivo. Consideradas as diferenças de contexto, interpretações ou entendimentos alternativos são inevitáveis, mesmo quando as pessoas têm o mesmo conhecimento explícito. Além disso, muitos conhecimentos permanecerão inevitavelmente informais ou tácitos e só poderão ser compartilhados por meio de práticas/experiências conjuntas em gru-

pos/redes.

O mero acesso ou posse de conhecimento explícito é apenas o ponto de partida. Não basta para mudar a prática porque ela só pode ser alterada quando as barreiras sócio-culturais de diferentes comunidades envolvidas forem derrubadas. Em vez disso, as pessoas precisam se comunicar, assimilar abordagens cognitivas e desenvolver compreensões compartilhadas. A prática em que o conhecimento é incorporado é culturalmente mediada, e resulta de uma teia de conhecimentos gerados por meio de interações sociais, condições materiais de trabalho e interpretações negociadas. Embora rotinas e práticas organizacionais possam ser introduzidas e aperfeiçoadas com a adoção de modismos, o modelo de gestão permanece o mesmo (ou muda muito pouco), não acompanhando as mudanças no ambiente, e não possibilitando a renovação dos espaços de atuação das organizações.



Associe-se à ASCON!

Juntos somos melhores! Fortaleça sua Associação!

Usufrua do Centro de Lazer e dos convênios

Acesse: sejasocio.ascon.org.br

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Núcleo de Comunicação Social do IBICT.

Mesmo diante de uma conjuntura instável, caracterizada por instabilidade política e por cortes orçamentários, o IBICT conseguiu projetar seu papel e sua relevância nacional e internacional. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) se abriu para novas oportunidades por meio de uma gestão ágil e eficiente, o que permitiu que sua missão pudesse continuar se desenvolvendo por meio dos projetos finalísticos. Nos últimos anos, ampliou as ações na promoção do Acesso Aberto à informação científica e tecnológica, fortaleceu a atuação em prol da Ciência Aberta e contribuiu fortemente para uma atividade de pesquisa mais transparente, colaborativa e eficiente.

O IBICT é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações dedicada a oferecer informação de qualidade na web. O Instituto tem atuado no sentido de favorecer a gestão da informação – tratamento, recuperação, busca, acesso e disseminação da informação. Isso consiste em garantir ou propiciar, planejadamente, a intermediação da informação e a transferência de tecnologia. Os sistemas e as tecnologias são disponibilizados às instituições parceiras por meio de políticas particulares de transferência de tecnologia. As informações, objeto de padronização, são, no final da cadeia ou fluxo informacional, disponibilizadas à sociedade mediante uma política de Acesso Aberto.

Os serviços de informação que o IBICT disponibiliza se desdobram em serviços de informação científica e tecnológica; de acesso e de distribuição de base de dados; de comutação bibliográfica; de informação referencial; de resposta técnica;

de informação para indústria; de informação para inclusão social e digital. Dessa maneira, além de trabalhar com as instituições produtoras do conhecimento, o IBICT tem trabalhado com órgãos governamentais, setor produtivo, organizações da sociedade civil, empresas públicas e instituições de diversas naturezas.

Além disso, o Instituto produz pesquisa na área da Ciência da Informação. Com reconhecimento nacional e internacional, as pesquisas analisam os fenômenos informacionais em todos os campos do conhecimento. Nesse contexto, são privilegiadas as relações entre informação, ciência, tecnologia, inovação, comunicação, cultura e sociedade. A atividade de pesquisa orienta e conduz o Programa de Pós-Graduação e contribui para o desenvolvimento de produtos e serviços em Ciência da Informação, num processo de retroalimentação entre a investigação científica e a atividade técnica.

Esse conjunto de ações se fundamenta em quatro grandes pilares: (1) preservação da memória do patrimônio científico e tecnológico brasileiro; (2) criação de condições para o aumento da produção científica e sua visibilidade em nível nacional e internacional; (3) promoção do acesso amplo e livre à informação científica e tecnológica; (4) e a inserção de cidadãos na sociedade da informação. Por meio de uma série de produtos e serviços o IBICT tem mantido, com excelência, o desenvolvimento de sua missão institucional.

EXORCIZANDO A PETROBRAX: PELO USO DA PETROBRAS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Cássio Garcia Ribeiro, Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia

Pedro Parente, atual presidente da Petrobras, sobre a redução no percentual de conteúdo local das plataformas, de 65% para 25%, declarou que tal medida deveria ser comemorada. Segundo Parente, essa redução é positiva, pois tira da Petrobras o peso de fomentar a indústria de fornecedores do país e que essa incumbência “deveria ser das políticas públicas”. A partir da fala do atual presidente da Petrobras é possível perceber claramente que o fantasma da Petrobrax ainda não foi completamente exorcizado.

Ao contrário da visão distorcida de seu atual presidente, a política de compras da Petrobras foi fundamental para o surgimento e consolidação do parque de fornecedores doméstico. Agindo como uma autêntica policy maker a petrolífera brasileira, com vistas a reduzir sua dependência em relação aos materiais, equipamentos e serviços importados, colocou em marcha uma série de instrumentos pioneiros de capacitação e qualificação do parque de fornecedores locais. O intervencionismo da Petrobras e seu apoio à indústria brasileira, para o desgosto dos conservadores de plantão, encontrava justificativas inclusive na lógica econômica: importar equipamentos e serviços para uma empresa importadora líquida em contexto de câmbio desvalorizado era praticamente proibitivo. Ainda que os vendilhões de outrora criticassem as decisões da empresa, o apoio à indústria doméstica era sua única saída.

Os dados demonstram que o empe-

parque de fornecedores doméstico. As empresas de engenharia e os estaleiros brasileiros enfrentaram problemas financeiros, contexto no qual falências e desnacionalizações entre as empresas do setor ocorreram com frequência. Eram os ares da modernidade enterrando a era Vargas.

A partir do governo Lula, a política de conteúdo local se torna um dos principais instrumentos de política industrial do país. Há vários estudos apontando os benefícios da política de conteúdo local para o parque de fornecedores doméstico, favorecendo a qualificação dessas empresas, a geração de emprego e os investimentos realizados pelas empresas do setor. Ainda que se aceite a pertinência de algumas críticas dirigidas à política de conteúdo local, como o fato de

ter sido escassa-

mente amarrada a outras políticas (como a tecnológica), não se pode jogar a criança com a água do banho. É um grande erro o abandono completo ou parcial da política de conteúdo local.

Sob o pretexto da “eficiência gerencial” e varrendo para debaixo do tapete o fato que a Petrobras

é uma empresa estatal, fruto do esforço dos brasileiros, instrumento que deve ser utilizado em prol do desenvolvimento do país, substitui-se a engenharia brasileira, pela estrangeira. Empregos são exportados. Abre-se mão da soberania. Justamente quando encontramos o bilhete premiado, coloca-se o país em liquidação. O que o Brasil quer para si? O pré-sal exigirá grandes investimentos associados à construção de plataformas, sistemas submarinos e infraestrutura de escoamento. Essa massa de investimentos e seu poder de encadeamento precisam ser aproveitados para fortalecer a indústria e a engenharia pesada do país. O Brasil está chutando a própria escada, ao enfraquecer a política de conteúdo local.



ESPAÇO DO REPRESENTANTE DOS SERVIDORES NO CD/CNPq

Propostas para o aprimoramento da avaliação do Prêmio Melhor Ideia

Raphael Dorsa Neto, Analista em C&T e Representante dos Servidores junto ao Conselho Deliberativo-CNPq

Em agosto de 2016, o servidor Raphael de Andrade (foto) encaminhou à DCOI um memorando com sugestões para melhoria do processo de avaliação das propostas encaminhadas ao Prêmio Melhor Ideia, considerando a importância e a relevância do Prêmio para os funcionários do CNPq.

Devido a última publicação do ASCON Notícias outras sugestões foram encaminhadas por e-mail à redação do Jornal. Desde o início de 2017 as proposições, aparentemente não consideradas pelo setor em questão, vem sendo discutidas no âmbito da Representação dos Servidores. Recentemente, a publicação da nova RN 020/2017 reproduz a lógica de sempre: "seus superiores hierárquicos, e pessoas externas ao CNPq, sabem o que é melhor para você no seu ambiente de trabalho (servidor/colaborador) mais do que você mesmo." Isto é dito nas entrelinhas.

As propostas, que visam a maior participação dos servidores e colaboradores no processo, possibilitariam, ainda, o aumento da transparência na escolha da proposta vencedora.

Dentre as propostas encaminhadas temos:

- 1) Ampliação do número de pessoas



integrantes da Comissão de Avaliação, inserindo um sexto integrante, que poderia ser o Representante dos Servidores no CD ou outro servidor do Comitê Gestor da Qualidade de Vida no Trabalho, por se tratar de assunto afeto a melhoria da qualidade de vida no trabalho desenvolvido pelo servidor/colaborador no CNPq;

2) Votação entre os servidores/colaboradores, que seria o equivalente a um voto de um membro da Comissão

- 3) Instituir duas premiações: uma

para a escolha do voto dos servidores e uma para a escolha da Comissão;

4) A fim de viabilizar as propostas acima, seria organizada uma breve apresentação oral de todas as propostas encaminhadas, possivelmente no auditório do CNPq, com uma ampla divulgação. Após cada apresentação, que poderia durar de 10 a 15 minutos (estilo TED), os presentes teriam 5 minutos para tirar dúvidas a respeito da proposta, questionando o proponente, diretamente, com base nos critérios estipulados para avaliação

das propostas. Em complemento, seria desenvolvida uma forma de votação das propostas pelos servidores, que seria incorporada ao processo de definição do ganhador.

5) Uma outra sugestão é a de que não fosse escolhida e premiada apenas uma proposta, mas que a premiação fosse desmembrada também para aquelas que ficaram em segundo e terceiro lugares. Neste caso a premiação para o primeiro lugar seria de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil para o segundo lugar e, finalmente, R\$ 1 mil para o terceiro, com o compromisso de implementação de todas as ideias.

Como Representante dos Servidores e membro do Comitê Gestor da Qualidade de Vida no Trabalho, sugeri, na última reunião do Comitê, dia 16 de novembro de 2017, que o mesmo apreciasse a possibilidade do encaminhamento formal à DCOI para a alteração da norma, visando maior participação dos servidores em um processo que lhes diz respeito. A proposição foi aceita pelo Comitê e será encaminhada à área competente para apreciação de uma demanda legítima dos servidores.

A resposta da DCOI será publicada no Jornal da ASCON.

Sobre os encaminhamentos acerca da criação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

Ricardo Guanabara Leal, Analista em C&T do CNPq, presidente do Conselho Deliberativo da ASCON-DF

As visões e perspectivas diferenciadas quanto às estratégias e ações políticas que, há anos, acompanham as Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que têm como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico mobilizaram analistas e assistentes da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, das Associações do CNPq, do MCTIC e da CAPES a formar um Grupo de Trabalho com o objetivo de planejar e fundar o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia.

O fato é que a atual estrutura de associações e sindicatos, reunidos no Fórum de C&T, das carreiras que representam Gestores, mas principalmente Tecnologistas e Pesquisadores, se esgotou, especialmente naquilo que diz respeito aos interesses e nas reivindicações específicas de nós Gestores.

Estamos decididamente caminhando para a construção de um Sindicato, política e juridicamente legitimado, que seja capaz de encampar as reivindicações dos Gestores de

“

Estamos decididamente caminhando para a construção de um Sindicato, política e juridicamente legitimado, que seja capaz de encampar as reivindicações dos Gestores de C&T

”

C&T, orgulhando-nos das lutas vitoriosas do passado, das quais muitos de nós participamos, mas, ao mesmo tempo, compreendendo que a sociedade muda, as bandeiras se atualizam e novas táticas precisam ser criadas. Esta nova entidade sindical deverá ser interlocutora crítica, combativa, dinâmica e confiável, defendendo, por meio da apresentação e do debate de propostas concretas, os interesses efetivos da nossa categoria.

Em outubro de 2017 a ASCON-CNPq e a ASCT-MCTI celebraram um contrato de consultoria especializada em assessoria sindical com o escritório da especialista Zilmara Alencar, com o devido acompanhamento do advogado das duas entidades, Expedito Barbosa Jr.

A partir de uma estrutura geral definida pelos membros do GT, a assessoria contratada elaborou uma minuta de Estatuto para o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, que está sendo estudado para posteriormente ser convocada uma assembleia de fundação. O Sindicato é o caminho que garantirá a representatividade verdadeira, da qual resultará a defesa das reivindicações da categoria dos GESTORES DE C&T.

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PÓS PARA FORMAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA & DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ricardo T. Neder, Prof. Dr. Associado Universidade de Brasília



Os Estudos sobre Ciência, Tecnologia, Sociedade (usualmente chamados pelo acrônimo ECTS, ou apenas CTS) apresentam-se como uma análise crítica e interdisciplinar da produção científica e tecnológica contemporânea contextualizada com o objetivo de compreender os aspectos gerais do fenômeno científico-tecnológico envolvendo outros valores para além do conhecimento científico e do econômico.

A expressão "educação ou ensino

CTS" vem sendo utilizada na América Latina para fazer referência ao ensino de conteúdos focalizados na relação CTS em cursos oferecidos, sobretudo, nas carreiras de ciências naturais, exatas e engenharias de universidades públicas. Esses conteúdos foram objeto de preocupação de professores e pesquisadores europeus dedicados às disciplinas de ciências sociais que enfocavam a problemática científica (sociologia, antropologia, história e filosofia da ciência, entre

de 1970.

Foi, contudo, na América Latina, no final da década de 1960 que esta abordagem foi elaborada pelo que passou a ser denominado Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS) - com o viés da política científica e tecnológica, adotado em vários cursos na região. Seus fundadores foram pesquisadores das ciências físicas e naturais que trabalhavam, principalmente na Argentina, país que na época concentrava a maior parte do

potencial científico e tecnológico da região, e que não estavam conseguindo levar adiante sua atividade de pesquisa em função da inexistência de um "Projeto Nacional" intensivo em ciência e tecnologia e da escassa "demanda social" por conhecimento autóctone.

Em países da América Latina, como Argentina, Colômbia, Cuba e Brasil, embora recente (anos 1990/2000) o enfoque educacional CTS já está presente na pesquisa e na educação sobre ciência e tecnologia (LINSINGER, 2002; BAZZO, 2002, 2000, 1998). No Brasil, os estudos CTS são desenvolvidos na Unicamp (PPGPCT), Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS), UFSC (PPGECT) e mais recentemente na UnB, que conta com o Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, e com núcleo de Educação CTS de Ciências ligado ao ensino de ciências (Química, Biologia). Na UnB o Observatório tem atuação interunidades (embora seu locus administrativo seja a Faculdade UnB-Planaltina) e conta com apoio de pequenos núcleos de docentes com orientação acadêmica e intelectual relacionada (explícita ou implícitamente). Nesses núcleos cada um/a imprime aos seus trabalhos de pesquisa, ensino e extensão a marca própria em decorrência das suas origens e dos seus objetivos epistemológicos e de docência.

ASCON RENOVA QUADRO DE DIRIGENTES



Foto: Wayne Beskow

Podemos avaliar o sucesso de uma instituição utilizando diversos critérios. Como, por exemplo, o aumento de patrimônio, as realizações da Diretoria, festas, entre outros.... todos são importantes e mostram o andar de uma instituição. Porém, nos parece que há um critério que é pouco utilizado e que talvez seja mais significativo para mostrar o sucesso de uma instituição, qual seja, sua capacidade de se perpetuar e ao mesmo tempo renovar-se. E o melhor indicador disso é a renovação de seus quadros dirigentes. Cada nova direção consegue dar continuidade à instituição, resolve seus problemas, mantém ela viva e a faz avançar. A ASCON é um bom exemplo disso. Desde o início foi marcada por processos democráticos de escolha de seus quadros dirigentes, e mesmo nas crises e descontinuidades, como na que recentemente ocorreu com a renúncia de um Diretor Presidente, soube se reerguer através de uma nova Diretoria eleita democraticamente. Este processo teve continuidade nas últimas eleições para os quadros diretivos e consultivos de nossa associação. O fato de contar com chapa única para a Diretoria Executiva não diminuiu a legitimidade do processo ou sua representatividade. O processo eleitoral foi marcado por não apresentar incidentes ou recursos contestatórios, com significativo número de votantes. Outro fato também chamou atenção neste último pleito - a unidade de propósitos entre a chapa que concorreu à Diretoria Executiva e os Conselhos e destes com a chapa anterior. Assim nos parece que além promover a renovação de seus quadros dirigentes, o processo democrático garantiu a realização da vontade dos associados em dar continuidade à recuperação e aos avanços necessários à ASCON e a nossa carreira de C&T.

VIVA A INFÂNCIA!!



No dia 21 de outubro comemoramos o Dia das Crianças, um evento especialmente pensado para os pequenos, com muita animação e alegria, num ambiente acolhedor e seguro. Foi um dia recheado de atividades para todas as idades, que teve início pela manhã, com programação especial: em parceria com a COPQV fizemos atividades lúdicas nas piscinas, tivemos pintura de rostos, brinquedos infláveis, pula-pula, mágicas, além da distribuição de pipoca e picolé. O evento foi planejado para nossos sócios e convidados, que compareceram com seus filhos e famílias.

ASCON promove lançamento de livro e debate sobre caminhos da CT&I

o dia 30 de novembro, na sala do Centro de Memória do CNPq a ASCON promoveu o lançamento do livro dos Profs. Ricardo Neder e Raquel Moraes: "Para onde vai a universidade diante da política de ciência & tecnologia no Brasil?" Para o lançamento a ASCON convidou para um debate com os autores o Diretor de Cooperação Institucional do CNPq Prof. Jose Ricardo de Santana.

Diante de um público de cerca de 30 pessoas, o Prof. Ricardo Neder apresentou de forma breve o conteúdo de seu livro e teceu comentários sobre os caminhos e descaminhos da política de ciência e tecnologia na atualidade. Chamou atenção de que seu livro procura mostrar de forma didática a contribuição das novas ciências no fazer científico, tecnológico e nos processos de inovação.

O ponto central do livro é problematizar as chamadas "novas ciências" (microeletrônica, automação industrial, tecnologias de informação e comunicação, a computação, cibernética, ciências dos materiais, genética, biologia evolutiva; neurociências, engenharia genética, análise de sistemas). E entender por que nosso/as colegas das Ciências Sociais e as Humanidades não têm recorrido (mais amplamente) aos Estudos e a educação de ciências CTS para criar as pontes da formação científica dos Tecnólogos e Engenheiros na universidade. Entretanto, este diálogo encontra-se em marcha discreta e subliminarmente na universidade brasileira: os Estudos e a Educação científica CTS têm sido um dos segmentos que mais crescem no campo dos estudos da complexidade próprio do estudo das correlações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e a universidade: dezenas de programas surgiram nos últimos 15 anos. Após a apresentação inicial o Prof. Jose Ricardo fez uma série de considerações alertando para a importância do debate e atenção as diferentes interpretações do tema e abriu para o debate. Os participantes elogiaram a iniciativa e a ASCON se comprometeu a dar continuidade com novas palestras e debates.

Parece banco, mas é muito melhor!

- As menores taxas e tarifas
- Participação nos resultados
- Consignado mais barato
- Agência exclusiva para servidores do CNPq

Conheça-nos!

sicoobexecutivo.com.br

f SicoobExecutivoDF
@SicoobExecutivo

Associe-se agora!

Posto de Atendimento CNPq
 Shis, QI 1, Conj. B, Blocos A ao D, Ed. Santos Dumont, 1º subsolo, Lago Sul
 Tel.: (61) 2101-1205/(61) 2101-1200